



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0211582-8

APELANTES: Severino Otávio Raposo Monteiro e Outros/Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

APELADOS: Os mesmos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.327/96. SENTENÇA ULTRA PETITA. JUROS MORATÓRIOS DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. 1. Assinalou-se, de início o caráter *ultra petita* da sentença no tocante à condenação da restituição, em dobro, dos valores discutidos. 2. Ressaltou-se, ademais disso, não haver base legal para se cogitar de repetição, em dobro, de indébito de natureza tributária. 3. No plano de fundo, o STF, na ADI nº 1.425-1, declarou a inconstitucionalidade do art. 33, I, da Lei nº 7.551/77, com a redação dada pela Lei nº 11.327/1996, uma vez que a referida lei exigia uma contribuição progressiva e vinculada ao salário-mínimo. 4. Em sede de repetição de indébito tributário, os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos da Súmula 188 do STJ. 5. Considerando-se que jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que, nas sentenças condenatórias os honorários advocatícios incidem sobre o valor da condenação, e não sobre o valor da causa, e bem assim que, em sendo vencida a Fazenda Pública a verba honorária é de ser fixada mediante a apreciação equitativa de que trata o art. 20, § 4º, do CPC, o percentual dos honorários advocatícios, devidos em favor dos autores/apelantes, deve ser reduzido para 5% sobre o valor da condenação. 6. Reexame necessário parcialmente provido, em ordem a: (i) deferir a repetição do indébito na forma em que requerida – excluída, portanto, a ordem de pagamento “em dobro” constante da sentença *a quo* -; (ii) explicitar que os juros de mora devem incidir apenas a partir do trânsito em julgado. 7. Apelação dos autores parcialmente provida, em ordem a determinar que os honorários advocatícios incidam sobre o valor da condenação, porém no percentual de 5% (cinco por cento), mantidos os demais comandos decisórios da sentença de primeiro grau.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0211582-8, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, e também dar provimento parcial à apelação dos autores, nos termos dos votos do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

AC 0211582-8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0211582-8

APELANTES: Severino Otávio Raposo Monteiro e Outros/ Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

APELADOS: Os mesmos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelações cíveis** interpostas em face da sentença prolatada pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital (fls. 119/124) nos autos da Ação Ordinária de Repetição de Indébito nº 001.1998.030090-9, que **julgou procedente o pedido** para condenar “o réu a restituir em dobro – repetição de indébito – os valores indevidamente recolhidos no período de abril de 1996 a setembro de 1997, a título de contribuição previdenciária a todos os autores, acrescido de correção monetária pela tabela ENCOGE e juros de mora de 1% ao mês até o efetivo pagamento do crédito, devendo sua incidência – juros de mora – iniciar a partir da citação, vedada a capitalização mensal, respeitando-se, ainda, a prescrição quinquenal, apurando-se o quantum debeatur em liquidação de sentença. Tudo com arrimo no artigo 269, inciso I do Código de Ritos”, além de condená-lo em honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Em sede de apelação (fls. 141/145), aduz a **FUNAPE** que: (i) os valores a serem ressarcidos não devem ser efetuados em dobro, seja por não ter havido pleito nesse sentido na inicial, seja por falta de amparo legal; e (ii) a contagem dos juros deve se iniciar a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 167, parágrafo único do CTN.

O apelo dos **autores** (fls. 146/153), por sua vez, pleiteia que a fixação dos honorários advocatícios recaia sobre o valor atualizado da condenação, e não sobre o valor da causa.

Em contra-razões ao apelo dos autores (fls. 160/169), a FUNAPE defende a possibilidade de condenação da Fazenda Pública em percentual mínimo sobre o valor da causa.

Por outro lado, em contra-razões ao apelo do IRH, os autores alegaram a possibilidade de restituição em dobro do indébito tributário, e defenderam que o termo inicial para a contagem dos juros de mora nos débitos tributários seria da citação válida.

O Ministério Público neste Tribunal aduziu não ter interesse no feito (fls. 194/195).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 07 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0211582-8

APELANTES: Severino Otávio Raposo Monteiro e Outros/ Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

APELADOS: Os mesmos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

De início, assinalo que a sentença é *ultra petita* no tocante à condenação da restituição, em dobro, dos valores discutidos.

Deveras, é de se ver que a parte impetrante postulou (fls. 11) “a condenação da suplicada ao pagamento do ressarcimento dos valores indevidamente descontados”.

Todavia, o Juízo de 1º grau (fls. 123) condenou o réu à restituição **em dobro** dos valores indevidamente recolhidos no período.

Ocorre que os artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil dispõem:

“Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte”

“Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.”

Nesse cenário, reconheço, no âmbito do reexame necessário, que o ato sentencial proferido pelo Juízo de primeira instância deve ser adequado aos limites do pedido inicial.

No sentido, o Colendo STJ já se manifestou:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONDENAÇÃO A VALOR SUPERIOR AO REQUERIDO. **JULGAMENTO ULTRA PETITA. DECOTE DO EXCESSO. NECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VALOR DA CONDENAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. SUMULA N. 306/STJ.**

1. Não há por que falar em violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. A sentença ultra petita é defeituosa porque o juiz, ao decidir o pedido, vai além dele e concede ao peticionário mais do que o requerido. Para a correção do vício deve ser decotado o excesso verificado.

3. Nas demandas em que o provimento jurisdicional tem natureza condenatória, o parâmetro que há de servir de base para o cálculo da verba honorária é o valor da condenação, e não o valor da causa.

4. Havendo sucumbência recíproca, o valor dos honorários advocatícios deverão ser compensados, a teor do disposto na Súmula n. 306 do STJ.

5. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 816.732/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 11/02/2010) (Grifei).

Ademais disso, não há base legal para se cogitar de repetição, em dobro, de indébito de natureza tributária.

No plano de fundo, é cediço que o STF, na ADI nº 1.425-1, declarou a inconstitucionalidade do art. 33, I da Lei nº 7.551/77, com a redação dada pela Lei nº 11.327/1996, uma vez que a referida lei exigia uma contribuição progressiva e vinculada ao salário-mínimo.

Note-se, bem a propósito, o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

SALÁRIO MÍNIMO - VINCULAÇÃO PROIBIDA - PREVIDÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO. A razão de ser da parte final do inciso IV do artigo 7º da Carta Federal - "...vedada a vinculação para qualquer fim;" - é evitar que interesses estranhos aos versados na norma constitucional venham a ter influência na fixação do valor mínimo a ser observado. **Inconstitucionalidade de dispositivo de lei local (Lei nº 11.327/96, do Estado de Pernambuco) no que viabilizada gradação de alíquotas, relativas a contribuição social, a partir de faixas remuneratórias previstas em número de salários-mínimos.** (ADI 1425, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 01/10/1997, DJ 26-03-1999)

Com efeito, a matéria em análise resta de todo pacificada perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, dos arestos seguintes:

"EMENTA : CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEVOLUÇÃO DE VALORES DESCONTADOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 11.327/96 DECLARADA PELO STF. ADIN 1425-1. JUROS COMPENSATÓRIOS EXCLUÍDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EQUITATIVAMENTE. INTELIGÊNCIA DO § 4º DO ART. 20 DO C.P.C. MANUTENÇÃO. - Indevidos os descontos previdenciários com base no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

art. 33, I da Lei nº 7551/77, com a redação dada pela Lei nº 11.327/96, ante a inconstitucionalidade da norma declarada pelo Supremo Tribunal Federal (ADIN1425-1/PE). - Juros compensatórios não são devidos na ação de repetição de indébito. Nesse sentido: STJ -Resp. 456688/PE; Resp. 464747/SP; Resp. 414501/PR. - O critério legal adotado pelo julgador, no efeito de fixação do arbitramento de honorários, como resultante de sua apreciação equitativa, evidencia uma escorreita mensuração do percentual de 20% (vinte por cento), não se afigurando plausível a sua redução. - À unanimidade de votos conheceu-se do reexame oficial, para reformar a sentença sob a revisitação obrigatória, tão somente para excluir a incidência dos juros compensatórios. Mantidos os demais termos. Prejudicado o apelo. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do Reexame Necessário e da Apelação Cível n.º 69464-8, 3ª Vara Privativa da Fazenda Estadual da Comarca de Recife, em que figura como recorrente o Juízo, como apelante o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco -IPSEP e apelados José Vieira de Araújo de outros, ACORDAM os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em conhecer do reexame necessário para reformar a sentença sob a revisitação obrigatória, tão somente para excluir a aplicação dos juros compensatórios, mantidos os demais termos, inclusive a verba honorária, prejudicado o apelo, tudo na conformidade do voto relator, que devidamente revisto e rubricado passa a integrar este aresto. Os Desembargadores Eloy d'Almeida Lins e Frederico Ricardo de Almeida Neves, votaram com o Desembargador Relator. Presente à sessão a Procuradora de Justiça Marina Gadelha Simas Accetti." (AC 69464-8, Relator. Des. Jones Figueiredo, DJ 18/12/2004)

"EMENTA: Direito Constitucional. IPSEP. Contribuição previdenciária. Majoração imposta pela Lei Estadual 11.327/96. Inconstitucionalidade declarada pelo STF. ADIN 1425-1. Verba honorária fixada dentro dos limites legais, considerando a complexidade da causa, os desdobramentos do processo e a responsabilidade do Estado. Provimento negado ao reexame compulsório, prejudicado o recurso voluntário. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 54691-2, em que é Recorrente o JUÍZO e o Estado de Pernambuco e Recorridos AÉCIO FIRMO DA SILVA THÉ E OUTROS, ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores da 3ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento ao duplo grau de jurisdição, prejudicado o recurso voluntário, nos termos do voto do Relator, tudo consoante notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante deste julgado." (AC 54691-2, Relator. Des. Macedo Malta, DJ 20/08/2004)

Nessa mesma linha, esta 8ª Câmara, ao julgar a AC nº 90369-1, assentou:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

201 206 C

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AÇÃO ORDINÁRIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TRANSAÇÃO. CUMPRIMENTO DE ACORDO NÃO COMPROVADO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDO. 1. Possível transação firmada com parte dos autores de implementação não confirmada, pelo que imperativa a apreciação do recurso em relação a todos os apelantes. **2.** A Emenda Constitucional nº 20/98 outorgou imunidade da contribuição previdenciária a aposentados e pensionistas, prerrogativa que se manteve hígida enquanto não revogada pela Emenda Constitucional nº 41/03. **3.** **Contribuição previdenciária cobrada sob a égide da Lei Estadual nº 7.551/77, com a redação dada pela Lei Estadual nº 11.327/96, de inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.** **4.** Devolução dos valores indevidamente descontados que se impõe. **5.** Honorários advocatícios fixados em valor razoável, nos termos do § 1º do art. 26 do CPC. **6.** Reexame necessário desprovido, prejudicado o apelo. **7.** Decisão unânime." (acórdão publicado em 6.11.2008, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto)

Quanto aos **juros moratórios**, o STJ sedimentou entendimento, expresso no enunciado da sua Súmula 188, segundo o qual nas ações de repetição de indébito tributário os juros de mora seguem as regras do CTN, sendo devidos a partir do trânsito em julgado.

Nesse sentido:

"EMENTA: TRIBUTÁRIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADOS - INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - ART. 167 DO CTN - SÚMULA 188/STJ - MP 2.180-35.

1. Nas ações de repetição em pecúnia ou por compensação, os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça detém firme entendimento no sentido da não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP n. 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano; porquanto o comando expresso no Código Tributário Nacional foi determinado pela Lei n. 5.172/66, a qual possui caráter de Lei Complementar, enquanto que os juros moratórios de 6% foram estatuídos por medida provisória, que tem natureza de lei ordinária.

3. O art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.

Recurso especial provido em parte, para que os juros de mora incidam a partir do trânsito em julgado da sentença."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

(REsp 902029/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2007, DJ 30/03/2007 p. 303)

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS, POR REPETIÇÃO EM PECÚNIA OU POR COMPENSAÇÃO. JUROS. TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA OU PAGAMENTO INDEVIDO. IRRELEVÂNCIA DA CAUSA DO INDÉBITO. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC.

1. A 1ª Seção firmou entendimento no sentido de que, na restituição de tributos, seja por repetição em pecúnia, seja por compensação, (a) são devidos juros de mora a partir do trânsito em julgado, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ, sendo que (b) os juros de 1% ao mês incidem apenas sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado ocorreu em data anterior a 1º.01.1996, porque, a partir de então, passou a ser aplicável apenas a taxa SELIC, instituída pela Lei 9.250/95, desde cada recolhimento indevido.

2. É irrelevante, na determinação do regime aplicável à compensação ou repetição de indébito tributário, a causa jurídica do indébito. **Também se considera indébito tributário o valor recolhido a título de tributo declarado inconstitucional.** Também nesse caso a respectiva repetição ou compensação fica submetida, para todos os efeitos, à disciplina própria da restituição do indébito tributário.

3. O acolhimento da tese de que a declaração de inconstitucionalidade altera a natureza do indébito - que não mais seria indébito tributário, e sim indébito comum -, o que afastaria o regime de juros moratórios previsto no CTN (termo a quo do trânsito em julgado), conduziria, necessariamente, por uma questão de coerência, também à conclusão de que não se lhe aplicaria o regime do CTN para outros efeitos, como o do prazo prescricional (no caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, deixaria de ser de "cinco mais cinco" anos, como reconhece a Seção, passando a ser quinquenal, nos termos da norma geral aplicável às dívidas da Fazenda, o art. 1º do Decreto 20.910/32). O próprio direito a compensação estaria comprometido pela tese, já que somente se reconhece como compensáveis com parcelas de natureza tributária os valores referentes a indébitos tributários, e não outros, de natureza comum.

4. Embargos de divergência providos." (EAG n.º 502.768/BA, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 14/02/2005)

"EMENTA: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL DE SUA CONTAGEM. ART. 167, § ÚNICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. SÚMULA 188 DO STJ. RECURSO PROVIDO.

1. **Nas ações de repetição de indébito, o termo inicial dos juros moratórios se dá a partir do trânsito em julgado da sentença, e não da data do vencimento da dívida.** Inteligência do art. 167, § único do Código Tributário Nacional. **Entendimento já pacificado neste egrégio Sodalício conforme Súmula 188/STJ.** 2. Recurso Especial a que se dá provimento." (REsp n.º 181.755/PE, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 23/11/1998).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Finalmente, no tocante à carga sucumbencial, tenho que, em linha de princípio, os honorários advocatícios devem incidir sobre o valor da condenação.

Conforme ensina o Prof. Leonardo José Carneiro da Cunha, em seu livro "A Fazenda Pública em Juízo", 6ª Ed., 2008, p. 125: *"a fixação de honorários de sucumbência não decorre de um percentual sobre o valor da causa, eis que este não é um critério eleito pelo Código de Processo Civil."*

Ademais, jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que nas sentenças condenatórias incidem os honorários advocatícios sobre o valor da condenação, e não sobre o valor da causa.

Nesse sentido, confirmam-se os julgados:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONDENAÇÃO A VALOR SUPERIOR AO REQUERIDO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. DECOTE DO EXCESSO. NECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VALOR DA CONDENAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. SUMULA N. 306/STJ.

1. Não há por que falar em violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. A sentença ultra petita é defeituosa porque o juiz, ao decidir o pedido, vai além dele e concede ao peticionário mais do que o requerido. Para a correção do vício deve ser decotado o excesso verificado.

3. Nas demandas em que o provimento jurisdicional tem natureza condenatória, o parâmetro que há de servir de base para o cálculo da verba honorária é o valor da condenação, e não o valor da causa.

4. Havendo sucumbência recíproca, o valor dos honorários advocatícios deverão ser compensados, a teor do disposto na Súmula n. 306 do STJ.

5. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 816.732/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 11/02/2010) (Grifei).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DA SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS INTEMPESTIVO. AÇÃO CONDENATÓRIA. HONORÁRIOS. VALOR DA CONDENAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DO OUTRO AGRAVANTE PROVIDO.

I. Não se conhece de agravo regimental interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros intempestivamente. II. **Por ter havido a condenação da Seguradora a pagar indenização, devem os honorários ser fixados sobre o valor da condenação, não sobre o valor da causa.** III. Agravo regimental de Luiz de Paula provido."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

(AgRg no Ag 925200/MT, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 28/09/2009) (Grifei).

*"Responsabilidade civil. Indenização de direito comum. Danos causados por ataque de animal. Art. 1.527 do Código Civil. Sentença condenatória: art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. 1. Correta é a aplicação do art. 1.527 do Código Civil tratando de lesão causada por animal, sendo certo que, no caso, considerou o Acórdão recorrido demonstrada culpa do réu e a ausência de comportamento imprudente do autor, o que tem a cobertura da Súmula nº 07 da Corte. 2. **Sendo a sentença condenatória, os honorários incidem sobre o valor da condenação e não sobre o valor da causa.** 3. Recurso especial conhecido e provido, em parte." (REsp 345853/GO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2002, DJ 02/09/2002 p. 184) (Grifei).*

Todavia, em sendo vencida a Fazenda Pública, a verba honorária é de ser fixada mediante a apreciação equitativa de trata o art. 20, § 4º, do CPC.

Nessa perspectiva, arbitro a verba honorária, devida em favor dos autores/apelantes, em 5% (cinco por cento) incidente por sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, ao passo em que **dou provimento parcial ao reexame necessário**, em ordem a: (i) deferir a repetição do indébito na forma em que requerida – excluída, portanto, a ordem de pagamento “em dobro” constante da sentença *a quo* -; (ii) explicitar que os juros de mora devem incidir apenas a partir do trânsito em julgado, igualmente **dou provimento parcial ao recurso de apelação dos autores**, em ordem a determinar que os honorários advocatícios incidam sobre o valor da condenação, porém no percentual de 5% (cinco por cento), mantidos os demais comandos decisórios da sentença de primeiro grau.

É como voto.

Recife, 24 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator